Prefeitura Municipal de Canela
Exercício de 2018
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

O Município de Canela, entidade jurídica de direito público, é compreendido, na administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do poder, composto por 8 Secretarias Municipais; **Secretaria Municipal de Governança, planejamento e Gestão, Secretaria Municipal de Turismo e Cultura; Secretaria Municipal de Assistência, Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação; Secretaria Municipal de Educação esporte e Lazer; Secretaria Municipal da Saúde; Secretaria Municipal da Fazenda e Desenvolvimento Econômico; Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agricultura; Secretaria do Meio Ambiente, Trânsito e Urbanismo e Órgão e Unidade Orçamentária: Encargos Especiais do Município.**

As demonstrações contábeis do exercício de 2018 foram elaboradas conforme a Lei nº 4.320/64, a escrituração observou o elenco de Contas do Tribunal de Contas do Estado do (UF) e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público (Res. CFC nº 1.111/2007), as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Mensuração dos componentes patrimoniais: as demonstrações contábeis foram elaboradas com tendo por base o custo histórico das transações. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas não foram ajustados a valor presente.

Regime contábil: o regime contábil das variações patrimoniais utilizado no exercício foi por competência.

Em relação à implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais, nos termos da Port. STN nº 548/2015, após ter sido solicitado a Administração Municipal a implantação do controle dos bens imóveis a administração iniciou os procedimentos de levantamento dos mesmos, que se encontram em fase de regularização e somente após esse procedimento, com as informações corretas, integrarão com a contabilidade.

Anexo 12 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Orçamentário

Nota 1 - A execução da despesa do total de R$ 159.015.488,11 (Empenhado no exercício), R$ 150.912.379,52 (Liquidado no exercício) foi executada R$ 88.967.970,56(suplementações) e R$ 120.000,00 (Crédito Especiais) dos créditos iniciais do orçamento.

Nota 2 - No exercício foram abertos créditos adicionais com a utilização do superávit financeiro apurado em exercício anterior em 2017 no valor de R$ 9.738.109,88 o que influenciou no resultado orçamentário demonstrado superavit de R$ 2.744.256,36 , o qual será utilizado como fonte de recursos para 2019.

Nota 3 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2018, foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, e escrituradas como restos a pagar processados e não processados. Durante o exercício, foram consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, também aquelas inscritas em restos a pagar não processados, que foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados, nos termos dos artigos 36, da Lei Federal nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 13/2018, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

Nota 4 - Em relação às transferências financeiras concedidas, importaram em R$ 3.379.000,00. relativas a repasses do duodécimo tendo como beneficiário o Câmara Municipal de Vereadores.

Nota 5 - A utilização da reserva de contingência no valor de R$ 200.000,00 foi destinada como fonte através de Abertura de Crédito Suplementar para repasse ao Hospital de Caridade de Canela. A Reserva de contingência não foi utilizada.

Anexo 13 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Financeiro

Nota 1 - O critério utilizado pela Entidade quanto à contabilização das retenções em despesas orçamentárias é o de considerar a retenção como valor a pagar ao Fornecedor ou Credor até o momento do pagamento do empenho.
Nota 2 - A receita apresentada no Balanço financeiro é líquida das deduções. No exercício houve as seguintes deduções de receita R$ 11.649.169,83 que assim compõe uma receita bruta anual de R$ 173.408.914,30.
Nota 3 – Receita Orçamentária evidenciada de R$ 161.759.744,47, as transferências financeiras recebidas de 886.320,22 decorrentes da devolução da Câmara de Vereadores referente ao repasse de duodécimo que não foi utilizado.
Nota 4 - Receita Extra Orçamentária de R$ 26.371.127,53 composta pelo valor que deverá cobrir o montante da inscrição de Restos a pagar e mais os Depósitos Restituíveis e valores vinculados.
Nota 5 - Saldo do Exercício Anterior de R$ 19.280.393,88, que são os valores de caixa e bancos mais os valores de cauções.
Nota 6 - Despesas Orçamentárias do Exercício : RS 159.015.488,11 contempla todas as áreas, sendo Recursos Ordinários R$ 63.894.618,40 e vinculados R$ 95.120.869,71.
Nota 7 - Transferências Financeiras Concedidas de R$ 3.379.000,00, decorrentes dos repasses de duodécimos para a Câmara de Vereadores.
Nota 8 - As despesas Extra – Orçamentárias de R$ 28.724.876,94 são resultantes dos pagamentos de Restos a pagar de exercícios anteriores e dos depósitos restituíves e valores vinculados referentes as obrigações a pagar geradas no exercício.
Nota 9 - O saldo financeiro a transportar para o exercício seguinte de 21.154.160,98, são de caixa e bancos R$ 21.032.608,31 e R$ 121.552,67 são de depósitos e cauções.

Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 -Balanço Patrimonial

Nota 1 - Os créditos a curto e longo prazo os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas, por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa de curto prazo, transferências constitucionais, legais e voluntárias da União ou do Estado ,empréstimos e financiamentos concedidos e demais créditos. Valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no curto prazo, e representam R$ 58.378.490,97 do total de créditos. O restante, correspondente a R$ 10.913.002,94 do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante

Nota 2 - A Dívida Ativa Tributária (no Ativo Circulante) foi calculada segundo os valores a curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já **o ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa**, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desse dado, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas por meio em contas **redutoras do ativo.**

Nota 3 - A Dívida Ativa (no Ativo Não Circulante) constitui-se na diferença do total da dívida ativa e aquela cuja expectativa é de realização até o término do exercício seguinte.O ajuste para perdas foi calculado a média de arrecadação dos três exercícios da Receita de Dívida Ativa tributária e Não tributária.

Nota 4 - Os estoques são mensurados pelo preço médio ponderado de compras.

Os investimentos em participações é composto por participação prioritária no Consórcio Ferroviária RFFSA e Estatal CEEE, e Participação em consórcios públicos – Empresa Pró Sinos são mensurados pelo método de equivalência Patrimonial, no qual, não foi possível contabilizar por falta de informações.

Nota 5 - Imobilizado – Bens Móveis: os saldos apresentados correspondem aos valores líquidos (já descontada a depreciação e ajuste a valor recuperável) constantes no inventário geral realizado em 2018. Em 2014 , foi iniciado o procedimento de depreciação a partir dos móveis adquiridos, incorporados ou colocados em utilização a partir de 2015. Quanto aos bens adquiridos anteriormente, tendo em vista que necessitam ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável, somente após o encerramento dessa primeira etapa, passa a ser aplicada a depreciação, nos termos do Decreto nº 7.005 e 7.006/2014. Em 2018 os bens móveis Totalizaram R$ 17.430467,46, salientando que no exercício de 2019 serão submetidos a nova reavaliação de acordo com o decreto citado acima e NBCS T 16.1 a T 11 e MCASP.

O Inventário Patrimonial efetuado pelos membros da comissão de avaliação e inventário e Baixa de Bens Patrimoniais com ata datada em 28/12/2018,utilizando o método de comparação, entre relatórios nos levantamentos, constando: Valor da baixa de bens: R$ 722.423,25, Valor de bens depreciados R$ 338.978,20 E Valor arrematado no leilão dos bens imóveis: 100.000,00

Nota 6 – Imobilizado – Bens Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Visando espelhar a realidade patrimonial para elaboração do Balanço, em observância às normas vigentes, ainda não foi possível iniciar os procedimentos de inventário, avaliação / reavaliação e depreciação, tendo em vista que o município precisa fazer os devidos levantamento e regularização desses bens, bem como comissões para dar continuidade os trabalhos, os quais estão em tramitação e em andamento. Em síntese, bens Imóveis totalizaram R$ 68.795.336,30, composto da seguinte forma:

Bens de Uso Especial R$ 9.713.141,24, destes, R$ 1.109.097,55 referente aos terrenos, que está aguardando a devida regularização para integrar as informações do Patrimônio.
Bens de Uso comum do povo R$ 17.507.925,65
Bens Imóveis em andamento R$ 41.532.707,66

Nota 7 - Os ajustes, decorrentes de omissões e erros de exercícios já encerrados foram efetuados na conta de Resultados de Exercícios anteriores, foram decorrentes de ajustes efetuados com o módulo almoxarifado em decorrência de arredondamento de sistema, erros na operacionalização no módulo patrimonial, erros de lançamento no sistema.

Nota 8 - Patrimônio Liquido : compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio e Resultados Acumulados. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um superávit de R$ 4.234.431,90, no demostrativo demonstra 4.232.912,27 possui uma diferença R$ 1.519,63 ( ) por erro de configuração do sistema que não constam os saldos de algumas contas extraorçamentárias : Recurso – 8008 Consignações transporte escolar R$ 316,91; Recurso-8220 Consignações Cuca Legal R$ 349,27; Recurso-8590 – Consignações FNS R$ 443,30; Recurso -8935 Consignações Unidade de Saúde R$ 410,14. Já repassado ao sistema, atendimento 224219 .Valor correto do superavit R$ 4.234.431,90

<u>Anexo 13 da Lei nº 4.320/64 -</u>Demonstrações das Variações Patrimoniais

Na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do União durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, sendo os mais relevantes:

Nota 1- Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria: Referente ao aumento no Patrimônio Líquido dos referidos recebimentos, resultando em um valor de R$ 73.109.392,20 formada por : Impostos – R$62.725.731,86; Taxas – R$ 10.117.207,89 e Contribuição de Melhoria – R$ 266.752,45.

Nota 2 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: Foram efetuados vários ajustes para a adoção do valor de mercado para bens do ativo. Composto por Reavaliação de Ativos, Ganhos com Alienação, Ganhos com incorporação de Ativos, Ganhos com desincorporação de Passivos .**Total das Valorizações:** R$ 3.373.535,73, destacando-se os ganhos com alienação no valor de R$ 1.244.879,50.

Nota 3 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: Nesse item, os registros da reavaliação do ativo imobilizado, da depreciação, amortização, Perdas involuntárias e Desincorporação de Passivos, representando um Total de Desvalorizações : R$ 182.792.459,35, com ênfase nas perdas involuntárias de R$ 159.073.945,06 imóveis pela defasagem e por a correta atualização e regularização serão reintegrados.

Nota 4 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capita Fixo: Referente a diminuição do Patrimônio Líquido dos mesmos, resultando em um valor de R$ 56.313.477,02 com destaque nos serviços no valor de R$ 45.445.859,33

Nota 5 – Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas total de R$179.234,900,93 e Diminutivas Total de R$ 330.951.139,99, tem-se que o resultado patrimonial foi negativo de R$ -151.716.239,06.

Anexo 18 da Lei nº 4.320/64 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Nota 1 – Contexto Operacional: A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intra orçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantêm compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

Nota 2 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: Já os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas. Nesse contexto verifica-se que as atividades operacionais geraram um fluxo negativo de R$ -67.776.282,87

Nota 3 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. No exercício de 2018, os ingressos e desembolsos das atividades de financiamento geraram um fluxo negativo de R$ -19.065.281,80

Nota 4 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito. Os desembolsos são decorrentes da amortização da Divida Consolidada.
O resultado desse fluxo foi negativo de R$ -857.815,24.